

Luís Eduardo ataca privilégios e clientelismo de parlamentar

ANDREI MEIRELES
Editor de Política

O presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, surpreendeu estagiários da Escola Superior de Guerra com duras críticas ao comportamento dos governos estaduais, assembléias legislativas e aos privilégios dos próprios deputados. Ele afirmou que a falta de verbas para setores essenciais como as Forças Armadas, saúde, educação e agricultura só será superada com a mudança das regras de elaboração do Orçamento da União. E exemplificou: "As emendas parlamentares devem ser oferecidas a programas nacionais apresentados pelo Governo e não a projetos regionais e municipais como ocorre hoje".

Luís Eduardo criticou, também, os pedidos dos governos estaduais de ajuda da União para a solução de seus problemas de

caixa e da falta de recursos para investimentos. Ele diz que o Governo Federal deve fazer exigências antes de atendê-los: "Primeiro, eles devem dar o próprio exemplo, cortando gastos excessivos e inconstitucionais, como acontece na Assembléia Legislativa do Maranhão, que custa 70% do Orçamento do Estado; os altos salários dos deputados estaduais de Alagoas, que ganham três vezes mais do que os deputados federais; e os vencimentos dos desembargadores de Alagoas e do Maranhão, que são maiores do que os dos ministros dos tribunais superiores".

Salários — O presidente da Câmara condenou a criação, nos estados e no Distrito Federal, de cargos com salários elevados, incompatíveis com as realidades orçamentárias. Enquanto a Câmara dos Deputados concede uma verba de R\$ 10 mil para o deputado pagar sua assessoria,

as assembléias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro dão uma ajuda financeira para a remuneração dos mesmos cargos de R\$ 30 mil, comparou. Ele também acha um absurdo que o governo do Distrito Federal e a Câmara Legislativa, que recebem recursos da União, paguem salários superiores aos do Legislativo e do Executivo federais.

Durante o debate com estagiários da Escola Superior de Guerra, Luís Eduardo atacou as aposentadorias especiais que, na sua opinião, devem ser repensadas na reforma da Previdência. E advertiu: "Ninguém tem coragem de ferir privilégios. Ou se entende que não se pode mais buscar na sociedade recursos para cobrir ineficiências e privilégios absurdos, como aposentadoria especial de deputados, juízes, jornalistas, professores e até de funcionários estatais, ou tudo continuará como está".